

Fim das isenções une Santa Casa e clubes em protesto

Entidades de saúde dizem que terão de suspender atendimento ao SUS, e Flamengo prevê crise social

Marta Barcellos e Fernando Duarte

• SÃO PAULO e RIO. As santas casas de misericórdia e entidades filantrópicas de saúde terão que suspender o atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), caso percam a atual isenção de impostos. Previsto no pacote anunciado ontem, o fim da isenção para entidades educacionais, desportivas e de saúde foi recebido com indignação pelo presidente da Federação das Santas Casas de Misericórdia do Estado de São Paulo, José Alberto Monteclaro César. Segundo ele, se as 432 entidades do estado deixarem de prestar serviços ao SUS, o caos tomará conta da saúde pública.

— As entidades filantrópicas são responsáveis por 68% dos leitos oferecidos no Estado de São Paulo. Se forem tributadas, não terão condições de atender ao SUS — disse ele.

Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino também reclama

Monteclaro César ressalta que o Governo teria que descredenciar todas as entidades para fazer valer a medida, já que a isenção de impostos está prevista na Constituição e não pode ser suspensa por medida provisória.

A medida também é considerada inconstitucional por José Aurélio de Camargo, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo. Ele calcula que 20% das instituições de ensino do estado são filantrópicas. Segundo Camargo, elas terão que aplicar um brutal aumento nas mensalidades caso paguem impostos. Camargo, porém, diz estar certo de que a medida não terá efeitos práticos.

— A filantropia está prevista no texto constitucional. Não é um benefício concedido por algum governo, mas um direito dado pela sociedade — disse.

Michel Assef, do Fla, diz que medida provocará estrago

No Rio, a medida provisória foi capaz de unir a dupla Fla-Flu para reclamar do Governo. O presidente tricolor, Álvaro Barcelos, e o advogado Michel Assef, que exerce interinamente a presidência do clube da Gávea, concordam que a medida provocará um estrago nas finanças dos clubes. Tudo porque a perda da isenção determinará que eles passem também a se responsabilizar pela parte do empregador no pagamento do INSS. O problema é que enquanto o Flamengo deve cerca de R\$ 4 milhões à Previdência, o Fluminense amarga um saldo devedor de US\$ 7 milhões.

— Não é justo com os clubes — afirmou Barcelos.

Assef admite que o fim da isenção poderá levar o Flamengo a criar um problema social, dispensando grande parte de seus 500 funcionários e extinguindo atividades esportivas do clube:

— Teríamos que gastar cerca de R\$ 350 mil por mês para pagar o INSS. Será um horror para um clube que tem cinco mil crianças sem pagar um tostão em suas esplanadas — disse o dirigente.

Segundo o padre Pedro Guimaraes Ferreira, reitor em exercício da Pontifícia Universidade Católica (PUC), a medida obrigará a universidade a gastar 20% de sua folha com o pagamento de impostos e poderá determinar aumentos em mensalidades e cortes nas bolsas de ensino. ■